



DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps2025.c73>

**HIV EM POPULAÇÕES PRISIONAIS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS  
PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

**HIV IN PRISON POPULATIONS IN BRAZIL: CHALLENGES AND  
PERSPECTIVES FOR PRIMARY HEALTH CARE**

**GABRIELA VASCONCELOS DE MOURA**

Médica residente em Medicina de Família e Comunidade e Mestranda em Saúde e Comportamento pela Universidade Católica de Pelotas

**EMMANUELE COELHO MACHADO**

Médica pela Universidade Federal de Pelotas

**VÍTOR PEREIRA CONTINI**

Médico residente em Medicina de Família e Comunidade e Mestrando em Saúde e Comportamento pela Universidade Católica de Pelotas

**NATHÁLIA CAMARGO PORTOLAN**

Graduanda de Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

**RAFAEL RUSCHEL RODRIGUES**

Graduando de Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

**LUIZ CASTAGNO CURI HALLAL**

Graduando de Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

**PEDRO FERREIRA DA SILVA GONÇALVES**

Graduando de Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

**LORENZO HENDLER MAGGI**

Graduando de Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

**AFONSO OPPERMAN SCHNEIDER**

Graduando de Medicina pela Universidade Católica de Pelotas

**LUCAS GRILL SILVA PEREIRA**

Médico residente em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Católica de Pelotas

**RESUMO**

**Objetivo:** Avaliar a literatura brasileira sobre o atendimento em saúde a pessoas privadas de liberdade vivendo com HIV, analisando prevalência, fatores associados, estratégias de prevenção e desafios na atenção prisional. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa baseada na análise de nove artigos publicados entre 2001 e 2025, coletados a partir da busca no banco de dados PubMed com descritores DeCS/MeSH “*hiv infections*” e “*prisoners*”, limitando os resultados aos estudos brasileiros, excluindo estudos que avaliassem unicamente infecções secundárias. **Resultados e Discussão:** Os resultados indicaram prevalências de HIV superiores às da população em liberdade, refletindo condições de vulnerabilidade social e



estrutural. Fatores como baixa escolaridade, uso de drogas injetáveis, histórico de prostituição e práticas sexuais desprotegidas, especialmente entre mulheres, mostraram-se centrais na cadeia de transmissão. Os estudos também apontaram lacunas importantes no acesso a testagem, prevenção e adesão ao tratamento, agravadas pela fragmentação entre o sistema prisional e os serviços de saúde, o que compromete a integralidade e a continuidade do cuidado, sobretudo nos casos de coinfeção com tuberculose. Apesar dessas fragilidades, observaram-se avanços significativos, como a expansão dos testes rápidos, a incorporação de protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS) em unidades prisionais e a formulação de políticas públicas específicas voltadas ao HIV no cárcere. As discussões destacaram que o SUS, ao garantir acesso universal e gratuito ao diagnóstico e tratamento, representa uma fortaleza frente às desigualdades, mas ainda enfrenta obstáculos estruturais, sociais e organizacionais para assegurar a efetividade da atenção. **Considerações finais:** Infere-se que a integração entre serviços de saúde e sistema prisional, aliada ao fortalecimento de programas de prevenção, educação em saúde e acompanhamento longitudinal, é fundamental para reduzir vulnerabilidades, melhorar o prognóstico das pessoas vivendo com HIV em prisões e promover maior equidade em saúde.

**Palavras-chave:** HIV; pessoa privada de liberdade; atenção primária à saúde.

#### ABSTRACT

**Objective:** The aim of this study was to evaluate Brazilian literature on healthcare for incarcerated people living with HIV, analyzing prevalence, associated factors, prevention strategies, and challenges in prison healthcare. **Methodology:** This study is an integrative review conducted through the analysis of nine articles published between 2001 and 2025, retrieved from the PubMed database using the DeCS/MeSH descriptors “hiv infections” and “prisoners.” The search strategy was restricted to studies carried out in Brazil, with the exclusion of investigations that exclusively addressed secondary infections. **Results and Discussion:** The findings indicated higher HIV prevalence among incarcerated individuals compared to the general population, reflecting conditions of social and structural vulnerability. Key factors in the transmission chain included low educational attainment, injection drug use, history of sex work, and unprotected sexual practices, particularly among women. The studies also identified significant gaps in access to testing, prevention, and treatment adherence, worsened by the fragmentation between prison systems and public health services, which undermines comprehensive and continuous care, especially in tuberculosis-HIV coinfections. Despite these weaknesses, important advances were reported, such as the expansion of rapid testing, the incorporation of Unified Health System (SUS) protocols in prison facilities, and the development of public policies specifically addressing HIV in prisons. Discussions emphasized that SUS, by ensuring universal and free access to diagnosis and treatment, constitutes a strength against inequalities, but still faces structural, social, and organizational barriers that limit the effectiveness of care. **Final considerations:** It is concluded that greater integration between health services and the prison system, combined with strengthened prevention, health education, and longitudinal follow-up, is essential to reduce vulnerabilities, improve health outcomes for people living with HIV in prisons, and promote greater equity in healthcare.

**Keywords:** HIV infections; prisoner; primary health care.



## 1 INTRODUÇÃO

A epidemia do vírus da imunodeficiência humana (HIV), desde seu surgimento na década de 1980, trouxe desafios inéditos para os sistemas de saúde em todo o mundo, tanto pelo impacto clínico e social quanto pelo estigma que a acompanha. No Brasil, o enfrentamento da epidemia foi estruturado a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu a universalização do acesso ao diagnóstico e ao tratamento com antirretrovirais, tornando-se referência internacional em políticas de enfrentamento do HIV/aids. Entretanto, algumas populações específicas permanecem em situação de maior vulnerabilidade, com taxas de prevalência superiores às da população geral e condições de atendimento ainda insuficientes. Entre essas populações estão as pessoas privadas de liberdade, que representam um grupo-chave não apenas pelo contexto estrutural em que se encontram, mas também pela sobreposição de vulnerabilidades sociais, comportamentais e institucionais que favorecem a disseminação do vírus.

O cárcere constitui um espaço peculiar, em que fatores de risco individuais e coletivos se potencializam. Superlotação, más condições sanitárias, violência institucional, escassez de profissionais de saúde e ausência de continuidade assistencial configuram um cenário de elevada vulnerabilidade. Além disso, grande parte das pessoas encarceradas provém de contextos sociais já marcados por exclusão, pobreza, baixa escolaridade e uso problemático de drogas, o que reforça o risco de infecção pelo HIV antes mesmo do ingresso no sistema prisional. Nesse sentido, o aprisionamento funciona como um amplificador de desigualdades em saúde, transformando um problema já complexo em um desafio ainda maior. Estudos demonstram que, globalmente, a prevalência de HIV em pessoas privadas de liberdade é cerca de sete vezes superior àquela observada na população geral, realidade que se reproduz no Brasil, embora com intensidades regionais distintas (Nogueira et al., 2025).

A produção científica nacional sobre o tema, embora ainda incipiente, revela índices elevados de prevalência em diferentes contextos prisionais. Em São Paulo, por exemplo, levantamento realizado na Penitenciária Feminina da Capital mostrou prevalência de 14,5% de HIV entre mulheres, além de taxas elevadas de outras infecções sexualmente transmissíveis, como papilomavírus humano e sífilis, evidenciando que a situação ultrapassa o HIV e envolve um espectro mais amplo de doenças sexualmente transmissíveis (Lopes et al., 2001). Outros trabalhos no estado identificaram associação direta entre soropositividade e uso de drogas injetáveis, bem como histórico de parceria sexual com indivíduos vivendo com aids (Strazza et al., 2007). No Nordeste, estudos mais recentes identificaram prevalências menores, mas ainda preocupantes, como em Pernambuco, com 1,19% (Albuquerque et al., 2014), e no Piauí, com



1% (Sousa et al., 2017). Em Roraima, contudo, a prevalência entre mulheres foi de 4,7%, associada a baixa escolaridade, percepção inadequada de risco e pouco conhecimento sobre prevenção (Benedetti et al., 2020). Em Salvador, um inquérito com mais de seis mil homens identificou prevalência geral de 9,4% para alguma infecção sexualmente transmissível, com predomínio da sífilis, mas incluindo casos de HIV (Leite et al., 2022). Em análise nacional, cobrindo o período entre 2017 e 2023, a prevalência média foi de 10,84 casos por mil detentos, com tendência de crescimento entre homens e discreta redução entre mulheres (Nogueira et al., 2025). Esses dados revelam que a epidemia no cárcere brasileiro não é homogênea, mas persiste como problema relevante de saúde pública, exigindo respostas articuladas entre as esferas da saúde e da justiça.

Este estudo tem como objetivo geral avaliar a literatura brasileira sobre o atendimento às pessoas privadas de liberdade vivendo com HIV, a fim de compreender os desafios e as potencialidades das ações em saúde neste contexto. Como objetivos específicos, busca-se identificar a prevalência do HIV nas diferentes regiões do país, discutir os fatores associados à infecção, refletir sobre as problemáticas estruturais do sistema prisional, analisar as fortalezas do SUS e das políticas públicas direcionadas à saúde prisional, bem como sistematizar as estratégias de prevenção, diagnóstico e acompanhamento já implementadas no Brasil.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, construída a partir da análise de nove artigos originais brasileiros que investigaram a prevalência, os fatores associados e as condições de atendimento ao HIV em pessoas privadas de liberdade. A busca pelos artigos foi feita no banco de dados PubMed, entre julho e agosto de 2025, a partir dos descritores DeCS/MeSH “*hiv infection*” e “*prisoners*”, separados por operador booleano *AND*. Foram encontrados 2308 estudos, então limitou-se a busca a estudos publicados em português, restando 17 publicações. Foram incluídos estudos de diferentes regiões do país, contemplando homens e mulheres encarcerados, bem como adolescentes em conflito com a lei. Foram excluídos os estudos que tratavam, em suma, de infecções secundárias ao HIV e/ou de tuberculose. O processo metodológico envolveu leitura integral dos trabalhos, extração de dados referentes à prevalência, fatores associados, práticas de diagnóstico e tratamento, análise crítica da inserção do tema nas políticas públicas e integração dos achados em uma síntese narrativa.



### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os estudos revisados apontam prevalências variadas de HIV entre pessoas privadas de liberdade, oscilando de 1% a 14,5%, com médias consistentemente superiores às observadas na população geral. Essa variação está relacionada a fatores como recorte geográfico, perfil da população estudada e tipo de unidade prisional, mas em todos os cenários evidencia-se a situação de vulnerabilidade acrescida dos detentos. Entre os principais fatores associados à infecção estão o uso de drogas injetáveis, as práticas sexuais sem preservativo, a multiplicidade de parceiros, a troca de sexo por benefícios materiais, o histórico de transfusões sanguíneas e a convivência com parceiros soropositivos. Entre mulheres, destacam-se ainda os efeitos das desigualdades de gênero, a violência sexual e a sobreposição de outras infecções sexualmente transmissíveis.

Os estudos também revelam problemáticas no diagnóstico precoce. Embora haja avanços importantes na disponibilização de testes rápidos, a cobertura ainda não é homogênea e existem falhas na triagem inicial de novos internos. Em muitas unidades, o acompanhamento clínico é prejudicado pela rotatividade da população prisional, pela reincidência penal e pela insuficiência de recursos humanos e materiais. Em alguns casos, a ausência de fluxos definidos entre unidades prisionais e serviços de referência compromete a integralidade do cuidado, favorecendo descontinuidade no acesso à terapia antirretroviral.

O SUS aparece como fortaleza central na atenção à saúde da população privada de liberdade. A universalidade do tratamento antirretroviral, garantida pelas políticas nacionais, representa um diferencial significativo em comparação a outros países em desenvolvimento. A instituição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), em 2014, marca um avanço importante ao integrar o sistema prisional à rede de atenção básica. Relatos indicam que, em São Paulo, mais de 90% das unidades prisionais oferecem testagem anti-HIV e acompanhamento em serviços especializados para os casos positivos, embora a disponibilização de antirretrovirais ainda não alcance todos os coinfectados, sobretudo em casos de tuberculose, em que apenas 59,8% tinham acesso ao tratamento na época da coleta (Saita et al., 2020).

Outro aspecto relevante é a dimensão educativa e preventiva. Iniciativas como oficinas de prevenção em penitenciárias femininas e programas direcionados a adolescentes privados de liberdade mostram que, quando adaptadas às especificidades do público, as ações de educação em saúde podem contribuir para a mudança de percepções de risco e estimular a adoção de comportamentos protetivos (Lopes et al., 2001; Peres et al., 2002). No entanto, a literatura



também evidencia resistências e crenças equivocadas sobre preservativos, além da percepção de que a infecção pelo HIV seria “parte da vida”, o que reforça a necessidade de abordagens contextualizadas, que integrem discussões sobre direitos humanos, racismo estrutural, gênero e perspectivas de futuro.

As disparidades regionais no enfrentamento do HIV em prisões brasileiras também merecem destaque. Enquanto alguns estados contam com equipes multiprofissionais de saúde atuando regularmente dentro das unidades, em outros a atenção restringe-se a ações pontuais, muitas vezes voltadas apenas a agravos de alta transmissibilidade, como tuberculose. Essa heterogeneidade reflete desigualdades mais amplas do sistema de saúde brasileiro e compromete a equidade, um dos princípios fundadores do SUS.

Além das prevalências, os estudos também evidenciaram fatores comportamentais e sociais que potencializam a vulnerabilidade das pessoas privadas de liberdade frente ao HIV. Entre as mulheres encarceradas, foram descritas taxas elevadas de práticas sexuais desprotegidas, histórico de múltiplos parceiros e envolvimento prévio em contextos de prostituição, muitas vezes associados ao uso de drogas injetáveis ou ao consumo abusivo de álcool, o que aumenta significativamente o risco de infecção e de coinfeções sexualmente transmissíveis (Strazza et al., 2007; Benedetti et al., 2020). Adicionalmente, investigações mostraram que o baixo nível educacional e a precariedade das informações em saúde oferecidas durante o encarceramento configuram barreiras críticas ao acesso à prevenção e à testagem regular (Peres et al., 2002; Sousa et al., 2017).

Outro aspecto recorrente foi a disparidade na detecção e no manejo da coinfeção entre tuberculose e HIV em ambientes prisionais. Enquanto alguns serviços apresentaram integração parcial das ações de vigilância e de cuidado, outros relataram fragmentação entre unidades de saúde locais e coordenadorias prisionais, o que impacta negativamente na continuidade da assistência e na adesão terapêutica (Saita et al., 2020). Somado a isso, dados de diferentes estados brasileiros revelam que, apesar da disponibilidade de testes rápidos e da ampliação das políticas públicas no campo da saúde prisional, ainda persistem lacunas importantes quanto à cobertura universal e ao acompanhamento longitudinal, demonstrando que a garantia do cuidado integral dentro do Sistema Único de Saúde enfrenta desafios expressivos no contexto carcerário (Leite et al., 2022; Nogueira et al., 2025).



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão demonstra que o HIV em populações privadas de liberdade no Brasil é um problema de saúde pública persistente e multifacetado, atravessado por determinantes individuais, sociais e institucionais. A prevalência da infecção nesse grupo é superior à da população geral e permanece elevada em diferentes regiões, com particular impacto em mulheres, usuários de drogas e pessoas com baixa escolaridade. Apesar disso, a literatura também evidencia avanços importantes, especialmente no que diz respeito à consolidação do SUS como garantidor do acesso universal ao diagnóstico e ao tratamento, e à instituição da PNAISP, que buscou ampliar a inserção da saúde prisional na atenção básica.

As fragilidades ainda existentes, entretanto, demonstram a necessidade de fortalecer políticas públicas, ampliar a disponibilidade de recursos humanos e materiais nas unidades prisionais, garantir continuidade assistencial e promover estratégias educativas culturalmente sensíveis, que dialoguem com a realidade social e subjetiva dos detentos. A saúde prisional não pode ser vista como esfera marginal ou secundária, mas como parte indissociável do direito à saúde e da luta por equidade no país. Investir na prevenção, no diagnóstico precoce, no tratamento e na redução do estigma do HIV entre pessoas privadas de liberdade é, portanto, não apenas uma medida sanitária, mas também um imperativo ético, jurídico e social.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cecília Cavalcanti de; SILVA, Débora Maria da; RABELO, Deyse Caroline Cabral; LUCENA, Waldenia Agny Torres de; LIMA, Paloma Cássia Silva de; COELHO, Maria Rosângela Cunha Duarte; TIAGO, Guilherme Gustavo de Brito. Soroprevalência e fatores associados ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e sífilis em presidiários do Estado de Pernambuco, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 2125-2132, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014197.08602013.

BENEDETTI, Maria Soledade Garcia; NOGAMI, Audrey Stella Akemi; COSTA, Beatriz Belo da; FONSÊCA, Herbert Iago Feitosa da; COSTA, Igor dos Santos; ALMEIDA, Itallo de Souza; MIRANDA, Luana de; CONCHY, Matheus Mychael Mazzaro; BENTES, Renan da Silva; HIGA, Suzani Naomi; ISRAEL, Tháles de Souza; FONSECA, Allex Jardim da. Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade em Roraima. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, p. 105, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054002207.

LEITE, Alice Gramosa da Silva; DAMASCENO, Luanna Mota; CONCEIÇÃO, Suzana Coelho; MOTTA, Pedro Flávio Costa. Testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites crônicas na população carcerária em um complexo penitenciário de Salvador (BA), Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4467-4478, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222712.10462022.



LOPES, Fernanda; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira; PIGNATARI, Antonio Carlos Campos; BUCHALLA, Cássia Maria. Prevalência de HIV, papilomavírus humano e sífilis na Penitenciária Feminina da Capital, São Paulo, 1997-1998. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1473-1480, 2001.

NOGUEIRA, Maria Rayssa do Nascimento; BRAGA, Hévila Ferreira Gomes Medeiros; SOUSA, Vitória Talya dos Santos; MACIEL, Nathanael de Souza; MELO, Emanuella Silva Joventino; VASCONCELOS, Patrícia Freire de; SOUSA, Leilane Barbosa de. Prevalência do HIV em pessoas privadas de liberdade no Brasil, 2017-2023: análise de série temporal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 34, e20240493, 2025. DOI: 10.1590/S2237-96222025v34e20240493.

PERES, Camila Alves; PAIVA, Vera; SILVEIRA, Fernando da; PERES, Rodrigo Alves; HEARST, Norman. Prevenção da Aids com adolescentes encarcerados em São Paulo, SP. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, supl. 4, p. 76-81, 2002. DOI: 10.1590/S0034-89102002000500011.

SAITA, Nanci Michele; PELISSARI, Daniele Maria; ANDRADE, Rubia Laine de Paula; BOSSONARIO, Pedro Augusto; FARIA, Mariana Gaspar Botelho Funari de; RUFFINO NETTO, Antonio; MONROE, Aline Aparecida. Coordenadorias regionais das unidades prisionais paulistas na atenção à coinfeção tuberculose e HIV. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, supl. 6, p. e20190738, 2020. DOI: 10.1590/0034-7167-2019-0738.

STRAZZA, Leila; MASSAD, Eduardo; AZEVEDO, Raymundo S.; CARVALHO, Heráclito B. Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 197-205, 2007. DOI: 10.1590/S0102-311X2007000100021.

SOUSA, Karinna Alves Amorim de; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de; TELES, Sheila Araújo; RANGEL, Elaine Maria Leite; NERY, Inez Sampaio. Fatores associados à prevalência do vírus da imunodeficiência humana em população privada de liberdade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 51, p. e03274, 2017. DOI: 10.1590/S1980-220X2016040903274.